

ANEXO AO ROTEIRO DE INTERVENÇÃO EM

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

RELATÓRIO DA SESSÃO

Organizador: Henrique Martins (SPMS,EPE)

Convidados: Bruno Santos (DECO), Nuno Miranda (IPOLFG, EPE), Rui Gomes (HFF,EPE), José Carlos Nascimento (Univ. Minho), Cristina Semião (IBM)

Relator: Sara Carrasqueiro (SPMS, EPE)

Sumário

A sessão foi desenvolvida no contexto de avaliação intermédia do Plano Nacional de Saúde (PNS), tendo sido conduzida pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E e contando com a intervenção de cinco convidados de cerca de 60 pessoas na audiência.

O debate centrou-se no planeamento de sistemas e tecnologias de informação no contexto do Sistema de Saúde Português, recolhendo contributos dos convidados que trouxeram o aporte de diferentes perspectivas, nomeadamente a dos utentes/cidadãos, a dos profissionais de saúde, a das instituições prestadoras de cuidados de saúde, a da Academia e a das empresas tecnológicas.

Na generalidade todos os convidados consideraram de extrema importância a normalização da informação em saúde e a interoperabilidade de sistemas por forma a construir uma visão completa do estado de saúde e doença dos cidadãos, ao longo do seu ciclo de vida e a possibilitar mais tarde a análise dos dados com base populacional. Foi contudo expresso que não é esta a realidade actual existindo falhas de sistemas e problemas de interoperabilidade que importa melhorar. A adopção de sistemas de telemedicina, telecuidados e telemonitorização foi apontada como promissora na obtenção dos objectivos do PNS, constatando-se que o sector da saúde não estará a aproveitar plenamente os resultados de projectos de investigação nestes domínios.

Outra conclusão foi a de que um dos maiores desafios que actualmente se coloca na área TIC na saúde a nível nacional é a sua governança. Foi consensual que deve haver participação dos diversos stakeholders na definição de uma estratégia e seu acompanhamento.

1. Enquadramento

A sessão de debate TIC inserida no 4º Fórum Nacional de saúde, realizado a 27 de junho, foi desenvolvida no contexto de avaliação intermédia do Plano Nacional de Saúde (PNS), tendo sido preparada e conduzida pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., entidade responsável pela área TIC do Ministério da Saúde.

Mais do que fazer uma avaliação das iniciativas desenvolvidas, pretendeu-se recolher contributos de um conjunto de convidados que trouxessem diferentes perspectivas sobre o tema, nomeadamente a dos utentes/cidadãos, a dos profissionais de saúde, a das instituições prestadoras de cuidados de saúde, a da Academia e a das empresas tecnológicas.

Assim, participaram na sessão os seguintes convidados:

- Dr. Bruno Santos, responsável pelas relações institucionais da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, que ofereceu uma perspectiva do ponto de vista do cidadão;
- Dr. Nuno Miranda, médico no Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, Lisboa, E.P.E., com uma visão dos profissionais de saúde;
- Engº Rui Gomes, Diretor do Serviço de Sistemas de Informação do Hospital Professor Doutor Fernando da Fonseca, E.P.E., que trouxe as preocupações dos responsáveis TIC das instituições prestadoras de cuidados de saúde;
- Prof. José Carlos Nascimento, docente da Universidade do Minho, que aportou contributos da perspectiva da Academia;
- Drª Cristina Semião, responsável pelo sector da Saúde da IBM Portugal, que enriqueceu a sessão com uma visão das empresas tecnológicas.

A todos muito se agradece.

A sessão foi amplamente participada, contando-se com a presença de cerca de 60 pessoas na audiência.

A organização da sessão foi a seguinte:

1. Enquadramento pelo Prof. Henrique Martins, presidente do Conselho de Administração da SPMS;
2. Ronda de contributos dos convidados relativos à indicação de iniciativas que têm sido promovidas ou julgam importante desenvolver que concorram para os *Objetivos do Sistema de Saúde* em alinhamento com os *Eixos Estratégicos*;
3. Ronda de contributos dos convidados relativos a como definir uma estratégia nacional para a área da Saúde em Linha e que papel para os diferentes intervenientes do Sistema de Saúde Português;

4. A moderação e relação ficou a cargo da Eng^a Sara Carrasqueiro, responsável pela área de Planeamento do Sistema de Informação da SPMS.

A sessão foi aberta pelo Prof. Henrique Martins, que começou por fazer um enquadramento ao tema das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no contexto do PNS, centrando-se na componente do seu planeamento. Este deve ter por base as estratégias de saúde formuladas aos níveis internacional¹, nacional² e de terreno³. Por outro lado, há que garantir um alinhamento com a estratégia europeia⁴, interministerial⁵, das instituições do SNS⁶ e dos demais intervenientes (Figura 1).

Informou também que no âmbito do acordo bilateral entre Gabinete Europeu da OMS, a SPMS assumiu a responsabilidade de produzir o Plano para a Saúde em Linha. O desafio com que nos deparamos é desenvolver essa estratégia de forma alinhada e participada.

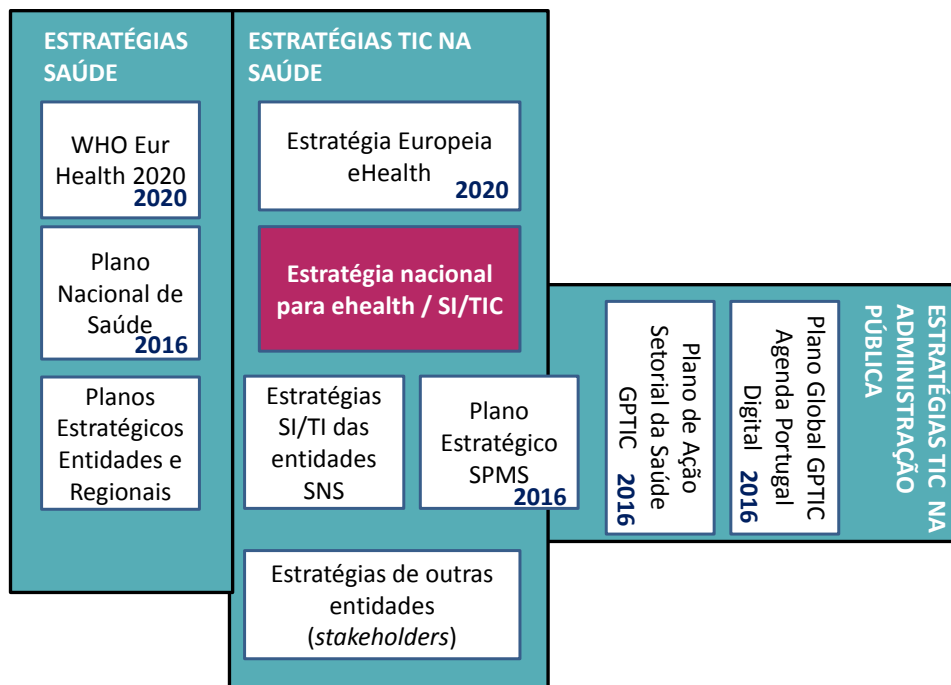


Figura 1 – Enquadramento para Planeamento de TIC na Saúde

¹ “Health 2020: a European policy framework supporting action across government and society for health and well-being”, World Health Organization Regional Office for Europe, 2013

² “Plano Nacional de Saúde 2012-2016”, Direção-Geral da Saúde, 2013

³ Planos Estratégicos das Entidades do SNS e Regionais

⁴ “Plano de ação para a saúde em linha, 2012-2020 - Cuidados de saúde inovadores para o século XXI”, COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES COM(2012) 736 final, Comissão Europeia e Multi-Annual Work Plan 2015-2018

⁵ Plano global estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública, GPTIC

⁶ Documento de Estratégia para os Sistemas e Tecnologias de Informação das Entidades do SNS e Plano Estratégico da SPMS, Horizonte 2014-2016

2. Que iniciativas foram ou devem ser promovidas?

O Eng^o Rui Gomes referiu que julga crucial normalizar e consolidar a informação à escala do cidadão. Contudo, parece-lhe que a adopção de um sistema único central à escala nacional não é viável nem desejável, uma vez que há diferentes níveis de agilidade das organizações e que essa via pode representar uma inibição à inovação. Pensa por isso que o foco dos futuros trabalhos de alinhamento TIC no Sistema de Saúde Português deve estar na gestão do valor entregue e na normalização da informação a recolher para exploração dos dados e não nos sistemas de informação. Quanto aos sistemas, julga que o caminho passa por aproveitar melhor as capacidades dos sistemas existentes e melhorar a sua gestão, ao invés de apontar a sua substituição.

A Dra Cristina Semião começou por salientar a importância do enfoque do PNS na gestão da saúde em contraposição à tradicional abordagem de gestão da doença e que os Sistemas de Informação terão que acompanhar esta tendência, disponibilizando uma visão mais integrada, 360 graus, da informação do cidadão, acompanhando o seu ciclo de vida e tendo em vista a gestão da sua saúde e do seu bem-estar. As empresas tecnológicas estão interessadas em promover este tipo de projectos. No que se refere iniciativas específicas, segmenta em dois níveis: em primeiro lugar, a nível nacional, indica a disponibilidade de participação em iniciativas de apoio à estratégia. Julga que deve existir uma visão integrada de indicadores de qualidade, resultados e financeiros. Outro aspeto referido relaciona-se com a equidade do acesso à informação pelo cidadão que pode ser melhorado com o recurso a soluções multi-canal. Em segundo lugar, no que se refere às soluções para suporte da prestação de cuidados de saúde, julga que a prioridade deve ser dar ao médico de família, no implementação de ferramentas que permitam ter a visão integrada do indivíduo, incluindo acesso ao historial clínico, familiar, hábitos de vida e informação de carácter social, por forma a permitir gerir a saúde do indivíduo. Esta visão holística do indivíduo possibilitará a exploração dos dados para fins analíticos, identificando populações e coortes. Por fim referiu que deve haver uma forte aposta na mobilidade – a telemedicina, os telecuidados e a telemonitorização e sistemas móveis de apoio à auto-gestão da saúde.

O Prof. José Carlos Nascimento começou por apontar que não é possível fazer um exercício de avaliação das iniciativas TIC enquadradas no PNS uma vez que não está disponível qualquer documento sobre esta área transversal. No que se refere a iniciativas das Universidades com potencial para contribuir para os objectivos do PNS, indicou que existem diversos projectos no âmbito de *assisted living* e *mobile health*, condizidos em Universidades de Norte a Sul do país. Verifica-se grande facilidade em encontrar estes trabalhos de investigação mas não se consegue encontrar informação que indique de que forma o cidadão está a tirar proveito destas tecnologias e de que forma se encaixam na política do Ministério da Saúde. Atualmente não é claro qual é a estratégia do Ministério da Saúde para estas áreas. Terminou salientando que, embora existam inúmeros desafios relacionados com tecnologia, aplicações e integração de sistemas, o maior desafio é governança.

O Dr. Bruno Santos começou por referir a importância do envolvimento da sociedade civil nesta estratégia. De fato é essencial perceber o que efectivamente resulta da comunicação em saúde por

meios electrónicos, sendo que se espera que o doente esteja melhor informado e daí mais responsável pela sua saúde e da comunidade. Contudo, do ponto de vista dos utilizadores, existem problemas de navegabilidade dos sítios Web disponíveis assim como inexistência de guias que indiquem qual a informação fidedigna, o que é especialmente grave devido a fraca qualidade da informação disponível, tome-se por exemplo indicadores estatísticos e de capacidade que são reportados em valores diferentes conforme o sítio que se pesquisa. Existem também diversos reportes de situações de falha dos sistemas que interessa mitigar, devendo ser assumida a melhoria da qualidade dos sistemas como um dos principais preocupações. Referiu também que considera a Telemedicina um meio de acesso aos cuidados de saúde mais barato, mais cómodo e mais seguro e que não contribui para desumanização dos cuidados desde que seja prestada em complementaridade com os tradicionais cuidados presenciais.

O Dr. Nuno Miranda referiu que aos profissionais de saúde os sistemas de informação são sempre apresentados com grandes promessas de eficiência e qualidade para a prestação de cuidados mas que no decorrer do dia-a-dia se vêm a revelar inúmeros obstáculos à sua efectiva utilização, especialmente no que se refere a questões de interoperabilidade da informação. É contudo importante referir que estamos a esta data numa situação muito melhor do que a que se verificava há alguns anos e que estes problemas não são nacionais, existem em todo o mundo. Em relação a iniciativas promovidas com impacto no Sistema, apontou o desenvolvimento da Rede Nacional de Banco de Tumores, com adopção de terminologia comum garante de interoperabilidade.

A Eng^a Sara Carrasqueiro acrescentou que os diferentes contributos se revelaram de grande utilidade e riqueza e que estão alinhados com as preocupações e estratégia da SPMS, que pretende desenvolver no futuro próximo um conjunto de iniciativas com os diversos intervenientes das quais salientou:

- Definição de uma visão para a área eHealth com foco no valor que as TIC potenciam;
- Desenvolvimento de um programa de melhoria de governança e gestão dos sistemas de informação;
- Iniciativas de promoção da participação da Sociedade Civil na definição e avaliação de estratégia TIC;
- Estabelecimento de modelo de gestão da inovação;
- Dinamização de iniciativas de reforço de competência e adopção de normas e terminologias conducentes à interoperabilidade da informação de saúde.

3. Como definir uma estratégia nacional para Saúde em Linha de forma participada?

O Prof. José Carlos Nascimento referiu que lhe parece essencial haver uma clara separação no Ministério da Saúde entre a área de operação diária dos sistemas e a área de planeamento e normalização. Também considera que o modelo de governança mais adequado assenta no federalismo da decisão e não no centralismo, sendo importante obter consensos antes de impor normas ou sistemas. Referiu também que é muito importante obter a participação dos profissionais de saúde uma vez que as soluções devem ser definidas por estes e não pela área tecnológica. Por último acrescentou que existem diversas PME a desenvolver soluções capazes de serem exportadas mas é importante definir com clareza qual o papel das empresas tecnológicas no futuro das TIC na Saúde em Portugal.

A Dr^a Cristina Semião referiu que na definição da estratégia será necessário considerar os níveis estratégico, governance e operacional e que já existem frameworks informáticos de saúde utilizados noutros países. Acrescentou que pensa ser de grande utilidade a constituição de um gabinete ou comissão constituído pelos diversos stakeholders que monitorize os programas e avalie o seu impacto (ROI).

O Dr. Nuno Miranda apontou a importância de unificar soluções de registo e adoptar terminologias comuns que permitam a exploração de dados ao nível nacional, assim como incentivar a utilização de plataformas de partilha de dados como a é a PDS. Referiu ainda que para os profissionais de saúde é muito penoso colaborar em projectos de desenvolvimento de soluções que depois não chegam a funcionar em pleno ou são descontinuados, pelo que é essencial assegurar a continuidade de estratégias e soluções.

O Dr. Bruno Santos apontou que para o futuro é necessário tirar resultados destes debates. Que do ponto de vista da participação da DECO existe toda a disponibilidade em participar na definição da estratégia para Saúde em Linha nomeadamente nas iniciativas junto do cidadão, como sendo campanhas de utilização e guias de utilização e avaliação. Referiu que considera especialmente importante a área das aplicações mobile pois proliferam e estão acessíveis à população. Por último acrescentou que a área das TIC na saúde não deve ser encarada como uma despesa para o sistema pois é indutora de inúmeros benefícios para a comunidade.

O Eng^o Rui Gomes referiu que concorda com os contributos já referidos e acrescentou que a força de trabalho da área TIC do sector da saúde tem algumas fragilidades devidas à incapacidade de contratação no sector público e à insuficiente formação especializada ao longo da carreira, pelo que este é um problema que é necessário endereçar.

A sessão foi depois encerrada.